

## **Internet e ativismo político na América Latina e Caribe**


Recursos individuais e oportunidades de acesso

### ***Internet and political activism in Latin America and the Caribbean***

*Individual resources and access opportunities*

### ***Internet y activismo político en América Latina y el Caribe***

*Recursos individuales y oportunidades de acceso*

 *Ednaldo Aparecido Ribeiro*<sup>1</sup>

 *Julian Borba*<sup>2</sup>

 *Jaqueline Resmini Hansen*<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo trata dos efeitos da internet sobre a forma como os cidadãos latino-americanos e caribenhos se relacionam com a política. Dialogando com a literatura que aponta para a redução dos custos e para o favorecimento do protagonismo político individual supostamente promovido por essa rede mundial de computadores, analisa o papel que recursos individuais e estruturais desempenham no compartilhamento de conteúdo político por redes sociais nesse contexto regional. Testa principalmente a hipótese de que existe uma interação entre a disponibilidade de acesso nas unidades nacionais e a escolarização (nível individual), com efeitos democratizantes sobre o ativismo político *online*. Utilizando dados do projeto Barômetro das Américas, aponta que tal interação não é relevante para o aumento do ativismo *online*.

**Palavras-chave:** Internet. Ativismo político. Educação.

**Abstract:** The article deals with the effects of the internet on how Latin American and Caribbean citizens relate to politics. Dialoging with the literature that points to the reduction of costs and favoring the individual political protagonism supposedly promoted by this worldwide network of computers, it analyzes the role that individual and structural resources play in the sharing of political content by social networks in this regional context. It mainly tests the hypothesis that there is an interaction between the availability of access in national units and schooling (individual level), with

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM, Maringá, PR, Brasil).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc, Florianópolis, SC, Brasil).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil).

democratizing effects on online political activism. Using data from the Barometer of the Americas project, it points out that such interaction is not relevant to the increase in online activism.

**Keywords:** Internet. Political activism. Education.

**Resumen:** El artículo trata de los efectos de internet sobre la forma en que los ciudadanos latinoamericanos y caribeños se relacionan con la política. Dialogando con la literatura que apunta a la reducción de los costos y al favorecimiento del protagonismo político individual supuestamente promovido por esa red mundial de computadoras, analiza el papel que los recursos individuales y estructurales desempeñan en el intercambio de contenido político por redes sociales en ese contexto regional. En la mayoría de los casos, se trata de una interacción entre la disponibilidad de acceso en las unidades nacionales y la escolarización (nivel individual), con efectos democratizantes sobre el activismo político en línea. Utilizando datos del proyecto Barómetro de las Américas, apunta que tal interacción no es relevante para el aumento del activismo en línea.

**Palabras clave:** Internet. Activismo político. Educación.

---

## Apresentação

A agenda de pesquisa sobre a relação entre novas tecnologias e ativismo político tem sido marcada por expressiva diversidade interna e, inicialmente, comportava interpretações amplamente divergentes. Revisões recentes (Boulianne, 2009; Mossberger, 2008) inclusive propõem uma divisão entre cyber-otimistas e cyber-pessimistas. O primeiro grupo seria composto por autores que defendem que a internet seria capaz de mobilizar indivíduos desengajados, pois a sua estrutura comunicacional interativa abriria novas oportunidades, diminuindo a necessidade de recursos como tempo e ampliando o acesso à informação. Assim, as novas tecnologias de comunicação e informação teriam um *efeito instrumental*, funcionando como ferramenta capaz de criar uma orientação cognitiva favorável à participação (Xenos e Moy, 2007). Cyber-pessimistas, por sua vez, entendem que a internet não possui um efeito mobilizador. Pelo contrário, atuaria reforçando as estruturas que estão postas, aumentando as desigualdades políticas já existentes, já que os engajados se tornariam mais engajados e os desengajados mais desengajados. Haveria um *efeito de seleção*, através do qual as predisposições individuais seriam mais importantes que a tecnologia e, portanto, os indivíduos que mobilizariam as ferramentas *online* de participação já estariam ativos nas modalidades presenciais (Norris, 2001).

Apesar de reconhecer as limitações das novas tecnologias na promoção de uma cidadania política mais ativa e concordar parcialmente com a tese do reforço das desigualdades persistentes no engajamento cívico, nesse trabalho

procuramos enfatizar particularidades dessa relação, entendendo-a de forma mais interativa (Norris e Curtice, 2006; Chadwik, 2009). Ainda que a rede mundial de computadores não seja capaz de derrubar as barreiras que impedem o envolvimento político massivo dos desengajados, nos interessa saber se ao menos ela é capaz de reduzir em alguma medida o *gap* existente entre aqueles que possuem os recursos necessários ao ativismo e aqueles que são desprovidos desses atributos ou características condicionantes.

Em termos empíricos, propomos modelos multiníveis com dados de dezenas de países latino-americanos e caribenhos para identificar como condicionantes individuais interagem com a dimensão contextual da infraestrutura de acesso à rede mundial de computadores na conformação do ativismo político *online*. Mais especificamente, procuramos avaliar em que medida os efeitos da escolaridade sobre o ato de compartilhar conteúdo político em redes sociais podem ser alterados em contextos com maior oportunidade de acesso às novas tecnologias de comunicação.

## Internet e participação política

Em termos conceituais partimos da definição de participação política como ato voluntário que tem por intenção ou consequência afetar as ações do governo, de forma direta ou indireta. Neste sentido, participar é uma ação que visa mobilizar mecanismos que auxiliem os indivíduos a comunicar ao estado e à sociedade suas opiniões, preferências e demandas (Verba, Scholzman e Brady, 1995).

Essas ações podem ser potencialmente afetadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, como a internet. A popularização dessa rede mundial de computadores fez emergir o ciberespaço,<sup>1</sup> isto é, um ambiente *online* que se integra ao *off-line* e se constitui como um espaço onde os indivíduos podem se engajar em diferentes atividades, assim se configurando como um novo canal de expressão de demandas, interesses e projetos políticos. Seria possível, portanto, falarmos de modalidades de participação política *online* (Dahlgreen, 2005; Gibson e Cantijoch, 2013; Hafner-Fink e Oblak Črnič, 2014; Livingstone, 2011; Papacharissi, 2008).

A literatura tem identificado uma tendência das modalidades de participação tradicionais (re)emergirem no ambiente *online*, como nos casos de abaixo-assinados, consultas públicas, contatos com os representantes e

<sup>1</sup> De acordo com Luís Martino (2015, p.91), “[...] o ciberespaço (é) formado na interação das pessoas na interface das mídias digitais, (e) tem uma dimensão *pública* considerável visível, sobretudo nos *sites* e páginas da *web* [...]”

doações para campanhas (Gibson e Cantijoch, 2013; Hafner-Fink e Oblak Črnič, 2014; Oser, Hooghe e Marien, 2013; Theocharis, 2015). Entretanto, os *sites* de redes sociais<sup>2</sup> também possibilitam novas formas de ler, discutir e difundir diferentes interesses, de modo que se caracterizam como espaços de socialização e comunicação política, possibilitando novas formas de ativismo político (Bentivegna, 2006; Gibson e Cantijoch, 2013; Oser, Hooghe e Marien, 2013; Russo e Anma, 2015; Tufekci, 2014; Vesnic-Alujevic, 2012).

Partindo desse quadro complexo que combina replicação de modalidades de participação *off-line* e emergência de novos padrões de engajamento através das redes sociais, Gibson e Cantijoch (2013) dividem a participação *online* em quatro tipos: 1) e-partido: atividades *online* relacionadas diretamente ao contexto eleitoral, como participação em grupos de apoio a candidaturas em *sites* de redes sociais ou no *Whatsapp* e também doação de dinheiro para campanha; 2) e-alvo: as atividades *off-line* que possuem um alvo específico e são replicadas no ambiente *online*, como assinatura de abaixo-assinados, contatos com autoridades políticas (por e-mail ou *sites*) e doação de dinheiro para campanhas não eleitorais; 3) e-notícia: o consumo de notícias e informação política *online*, que representa uma modalidade de engajamento mais passivo; e, por fim, 4) e-expressão: as atividades executadas nos *sites* de redes sociais que se configuram como um tipo específico de engajamento.<sup>3</sup>

Essas últimas são estritamente *online* e centradas no indivíduo, na sua autoexpressão e automobilização (Bennett e Segerberg, 2012; Gibson e Cantijoch, 2013; Oser, Hooghe e Marien, 2013; Tufekci, 2014). Entram nessa categoria a produção de conteúdos políticos – imagens, textos, vídeo –, a postagem e/ou compartilhamento desses conteúdos nos *sites* de redes sociais, as mobilizações por *hashtags* e a demonstração de apoio a causas através do uso de filtros temáticos nas fotos dos perfis.

Portanto, essas atividades caracterizam o ambiente *online* como um espaço com capacidade de chamar atenção para problemas sociais buscando conscientizar outros indivíduos sobre eles e, deste modo, ativar as redes (amigos e família, principalmente) e, em um efeito em cadeia, fazer pressão para resolução dos mesmos (Bennett e Segerberg, 2012; Papacharissi, 2008; Margetts, 2013; Theocharis, 2015; Tufekci, 2014). Por essa lógica própria, as atividades de e-expressão têm sido caracterizadas como altamente individualizadas, não intermediadas por instituições (partidos e sindicatos)

<sup>2</sup> São os *sites* como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube* que se caracterizam pelo incentivo ao usuário em produzir e compartilhar conteúdos.

<sup>3</sup> Nossa variável dependente diz respeito apenas à participação *online* na modalidade de e-expressão.

e atores coletivos (movimentos sociais) e resistentes à delegação (Bennett e Segerberg, 2012; Mendonça, 2017; Milan, 2015; Mossberger, 2008; Theocharis e Quintelier, 2014; Theocharis, 2015; Tufekci, 2014; Oser, Hooghe e Marien, 2013; Valenzuela, Arriagada e Scherman, 2012).

Para além do esforço conceitual e classificatório dessas novas formas de engajamento cívico, parte importante da agenda de pesquisas sobre o tema tem se voltado para a identificação dos seus condicionantes. Partindo do que já se sabe sobre as bases do ativismo político presencial, a maioria dos pesquisadores tem partido do pressuposto de que o engajamento político *online* possui causas múltiplas, que envolvem valores, atitudes e recursos materiais e cognitivos (Gibson e Cantijoch, 2013; Norris e Curtice, 2006; Ribeiro, Borba e Hansen, 2016).

No campo das atitudes que influenciam o engajamento *online*, o interesse por política se mostrou uma variável importante em vários contextos (Best e Krueger, 2005; Oliveira et al., 2016; Oser, Hooghe e Marien, 2013; Ribeiro, Borba e Hansen, 2016; Theocharis e Quintelier, 2014; Vesnic-Alujevic, 2012). O mesmo ocorre com o nível de informação política (Brundidge e Rice, 2008; Ribeiro, Borba e Hansen, 2016; Theocharis e Quintelier, 2014). Além disso, especificamente no contexto brasileiro, pesquisa recente identificou a relevância do posicionamento ideológico (à esquerda) na probabilidade de engajamento cívico (Ribeiro, Borba e Hansen, 2016).

Atributos individuais têm aparecido com destaque em pesquisas realizadas em diferentes contextos geográficos. No que se refere à idade, os mais jovens, principalmente da faixa etária dos 18 aos 35 anos, tendem a ser mais ativos *online* (Brundidge e Rice, 2008; Hafner-Fink e Oblak Črnič, 2014; Oser, Hooghe e Marien, 2013; Reedy e Wells, 2008). Tratando-se de gênero, enquanto no contexto estadunidense e esloveno os homens são mais engajados, entre os belgas as mulheres são mais ativas (Best e Krueger, 2005; Hafner-Fink e Oblak Črnič, 2014; Reedy e Wells, 2008; Theocharis e Quintelier, 2014). Sobre a questão racial, pesquisadores norte-americanos identificaram que brancos apresentam maior ativismo *online* (Best e Krueger, 2005; Reedy e Wells, 2008).

No que se refere aos recursos, pesquisas têm demonstrado que indivíduos que pertencem aos substratos econômicos mais altos tendem a ser mais ativos *online* no contexto norte-americano (Brundidge e Rice, 2008; Mossberger, 2008; Oser, Hooghe e Marien, 2013; Reedy e Wells, 2008). Nenhum recurso, entretanto, tem merecido tanto destaque nas pesquisas quanto a variável escolaridade, mostrando que essa dimensão cognitiva, a exemplo do que já é fartamente documentado nos estudos sobre participação presencial, é essencial

para a explicação da participação política *online* em todos os contextos (Brundidge e Rice, 2008; Hafner-Fink e Oblak Črnič, 2014; Oser, Hooghe e Marien, 2013; Reedy e Wells, 2008; Ribeiro, Borba e Hansen, 2016; Vesnic-Alujevic, 2012).

Descontados os efeitos indiretos da escolaridade sobre a renda, já que se tratam de dois fatores altamente correlacionados, esse condicionante cognitivo afeta o ativismo, como já descrito por Verba, Schlozman e Brady (1995), porque facilita o desenvolvimento de competências cívicas e também o interesse pelos assuntos políticos. Todavia, no caso do ambiente digital, essa influência ocorre porque a escolaridade é fundamental para o desenvolvimento de habilidades técnicas necessárias para uso da internet de forma eficiente (Best e Krueger, 2005; Cardoso, Liang e Lapa, 2013; Mossberger, 2008; Norris, 2001; Norris e Curtice, 2009).

A clivagem educacional no ativismo político *online*, portanto, tem sido confirmada por essa agenda recente de pesquisas. Pouco tem sido dito, todavia, sobre como essa clivagem se comporta em termos comparativos entre diferentes contextos regionais ou nacionais, especialmente levando em consideração outra dimensão extremamente relevante para o engajamento nessas modalidades: a disponibilidade de acesso. Como as pesquisas abordadas até aqui se limitam a contextos nacionais específicos,<sup>4</sup> a ideia de exclusão digital não é considerada nas análises porque se parte do pressuposto da existência de conexão à rede mundial de computadores. Além disso, a maioria das pesquisas foram realizadas no contexto e estadunidense e europeu<sup>5</sup> onde o acesso à internet ultrapassa 70% da população (ITU, 2014).

Não queremos com isso afirmar que a exclusão digital não seja considerada pelos pesquisadores do comportamento político, já que existe um conjunto de pesquisas dedicadas a entender os efeitos do uso de internet sobre as diferentes formas de participação política presencial, mostrando que a inclusão digital favorece os comportamentos de protesto (Norris e Curtice, 2006; Theocharis e Quintelier, 2016; Valenzuela, Arriagada e Scherman, 2012; 2014).

É preciso reconhecer que, ainda que a maioria das pesquisas trate de casos em que as disparidades entre conectados e desconectados é menor, existe um movimento dentro da literatura para atualização do conceito de exclusão

<sup>4</sup> Com exceção da pesquisa de Lucia Vesnic-Alujevic (2012), que foi realizada com moradores de países da União Europeia; entretanto, sua unidade de análise eram os indivíduos, e países de origem não foram considerados como relevantes.

<sup>5</sup> A exceção é a pesquisa de Ribeiro, Borba e Hansen (2016) realizada com dados da população brasileira.

digital, definido inicialmente por Pipa Norris (2001) em termos de acesso. É neste sentido que a pesquisadora Karen Mossberger (2008) argumenta que os indivíduos que não utilizam a internet com fins políticos não o fazem simplesmente por não ter acesso à tecnologia, mas principalmente pela ausência de uma cidadania digital que lhes confira as habilidades técnicas necessárias. Neste sentido, o conceito de exclusão é composto de dois núcleos, o de acesso à tecnologia e o de acesso às habilidades para lidar com a tecnologia. Assim, mesmo que o acesso seja universal, algumas pessoas ainda não vão utilizar a internet como um local para participação política, por não serem capacitadas para isso. Portanto, a construção da cidadania digital está relacionada ao processo educacional, de forma semelhante ao que ocorre na participação *off-line* (Cardoso, Liang e Lapa, 2013).

Estamos de acordo com a complementaridade entre a dimensão do acesso e dos recursos/habilidades, mas reafirmamos que permanece pouco explorada como essas duas dimensões interagem, o que exige sob o ponto de vista do desenho de pesquisa a comparação de contextos que apresentem diferentes configurações desses dois condicionantes. Nossa intenção é contribuir com este debate, estudando como um condicionante individual interage com a dimensão contextual da infraestrutura de acesso à rede mundial de computadores na conformação do ativismo político *online* na modalidade de e-expressão. Mais especificamente, procuramos avaliar em que medida os efeitos da escolaridade sobre o ato de compartilhar conteúdo político em redes sociais pode ser alterado em contextos com maior oportunidade de acesso às novas tecnologias de comunicação.

Iremos trabalhar com as democracias da América Latina e Caribe por conta da particularidade do acesso à internet na região, que conta com países como a Nicarágua e a Guatemala em que o contingente de conectados gira em torno de 10% de indivíduos, e países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai com percentuais próximos ou superiores a 50 pontos (ITU, 2014).

## **Metodologia**

Poucas são ainda as fontes de dados disponíveis aos pesquisadores da área de comportamento político sobre a forma como os cidadãos utilizam a internet para atuar politicamente, especialmente quando a pesquisa envolve um conjunto relativamente grande de unidades nacionais. A falta de informações específicas nos obriga a utilizar as poucas variáveis incluídas em abrangentes projetos de pesquisa. Na sua edição de 2012, o Latin American Public Opinion Project (Lapop) incluiu no seu questionário uma pergunta sobre o compartilhamento de conteúdo político nas redes sociais, com a seguinte redação: “Nos últimos

doze meses, o(a) sr./sra. leu ou compartilhou informações políticas em alguma rede social na Internet como *Twitter*, *Facebook* ou *Orkut*?”

Essa variável dicotômica será então nossa medida resposta (e-expressão) e como seus preditores foram selecionados atributos individuais (sociodemográficos e atitudinais) e contextuais.

Iniciando pelos atributos individuais, o principal deles é a escolaridade, com presença constante em virtualmente todas as pesquisas sobre valores, atitudes e comportamentos políticos. Com a inclusão dessa variável podemos avaliar em que medida o ativismo *online* tende a reproduzir essa desigualdade social já muito bem documentada pela literatura especializada. Como o efeito da escolaridade sobre diferentes fenômenos comportamentais tem sido descrito como não linear (na maioria das vezes log-linear) (Wooldridge, 2016), optamos pela dicotomização da variável, que em nossos modelos representa o nível superior.

Os demais preditores individuais atuam como coadjuvantes em nossos modelos, controlando os efeitos das medidas diretamente relacionadas à nossa hipótese de trabalho. Ainda assim, sua presença na agenda de pesquisas sobre comportamento político é marcante. A idade, por exemplo, tem sido utilizada para afirmar a existência de um componente geracional no ativismo político que tem lugar nos meios virtuais, com os mais jovens tendendo ao maior engajamento (Hafner-Fink e Oblak Črnič, 2014; Oser, Hooghe e Marien, 2013). Em nossos modelos a idade indica os anos de vida completos dos entrevistados.

Igualmente relevante é o nível de interesse por política, que aparece já na primeira geração de estudos culturalistas, mas também no mais recente *Voice and equality* (Verba; Schlozman e Brady, 1995). Essa variável é obtida com a pergunta “o quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: muito, algo, pouco ou nada”. Mas em nossas análises foi realizada a sua recodificação como dicotômica representando a condição de interessado.

Por fim, a eficácia política subjetiva também tem sido incorporada com frequência nos modelos explicativos do comportamento politicamente engajado. Definida por Almond e Verba (1989 [1963]) como uma medida da autopercepção do indivíduo sobre a sua capacidade de influenciar o curso dos acontecimentos políticos no seu entorno, essa dimensão atitudinal atua como um impulsionador para o engajamento em uma ampla variedade de ações políticas. No questionário do Lapop essa informação é obtida com a pergunta “o(a) sr./sra. sente que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?” e as respostas são codificadas em uma escala de sete pontos. Optamos por manter essa



codificação original, na qual 1 representa a maior discordância e 7 a maior concordância.

Como nossa intenção é avaliar possíveis alterações dos efeitos da escolaridade em razão de contextos de maior ou menor acesso à internet nas unidades nacionais, selecionamos como medida dessa dimensão infraestrutural objetiva o percentual populacional com acesso à rede mundial de computadores no ano de 2012, disponibilizado pelo Banco Mundial (World Bank, 2017).

Com esse objetivo, estimamos as probabilidades de compartilhamento de conteúdo político nas redes sociais por meio de modelos logísticos binários multiníveis. Para essas estimações foram utilizados o pacote *lme4* para a linguagem de programação R.

Foram incluídos nos modelos dados para os seguintes 24 países: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.<sup>6</sup>

## Resultados

Estimamos inicialmente um modelo de dois níveis nulo (ou vazio) com um intercepto e efeitos dos países, como na equação abaixo. Enquanto o intercepto  $\beta_0$  é compartilhado por todos os países incluídos na análise, o efeito aleatório  $\mu_{oj}$  é específico para o país  $j$  (representando cada um dos países específicos).<sup>7</sup>

$$\log\left(\frac{\pi_{ij}}{1-\pi_{ij}}\right) = \beta_0 + \mu_{oj}$$

A Tabela 1 apresenta as principais informações obtidas nesse primeiro passo da análise e indica que o logaritmo da razão de chance do ativismo *online* em um país “médio” é de -2,14, que ao ser exponenciado gera o valor de 0,11. Esse valor equivale em termos percentuais ao compartilhamento de conteúdo político registrado na região como um todo, como detalhado na Tabela 2. A variância estimada para essa probabilidade entre os países é de 0,21 e para saber se essa diferença é estatisticamente significativa conduzimos um teste de razão de probabilidade para afastar a hipótese de que essa variabilidade é igual a 0. Neste procedimento o modelo nulo é comparado com o seu equivalente de nível individual, ou seja, sem os efeitos aleatórios dos países.

<sup>6</sup> Estatísticas descritivas de todas as variáveis (dependente e independentes) são apresentadas no site dos autores.

<sup>7</sup> Os scripts de todos os modelos são disponibilizados no site dos autores.

O resultado apresentado na linha “log-lik” afasta de forma contundente a hipótese de efeitos irrelevantes dos países sobre o ativismo *online*.

**Tabela 1** – Modelo nulo para ativismo *online*, América Latina e Caribe, 2012

Log da Razão de chance em um país “médio”	-2,14
Variância no log da razão de chance entre os países	0,21
Log-lik	293,29
AIC = 26015,6	

Fonte: Lapop, 2012.

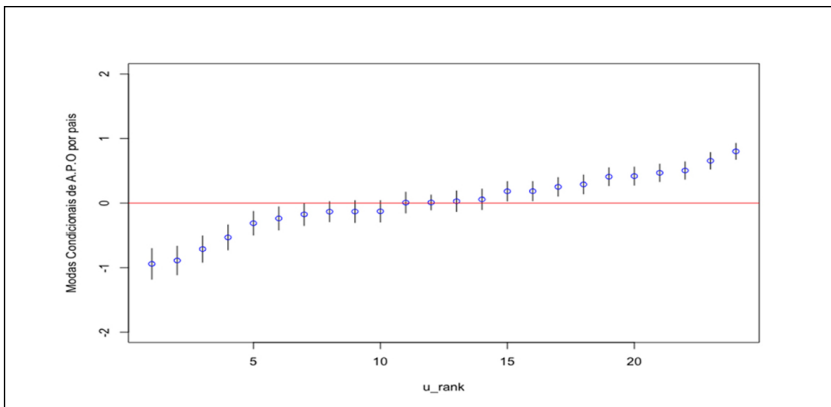
**Tabela 2** – Frequência de Ativismo *Online* por país, 2012.

	Protesto (%)
Argentina	16,4
Belize	4,1
Bolívia	10,6
Brasil	10,8
Chile	13,1
Colômbia	12,4
Costa Rica	7,8
El Salvador	10,5
Equador	15,2
Guatemala	8,4
Guiana	12,4
Haiti	9,2
Honduras	4,3
Jamaica	8,9
México	9,3
Nicarágua	5,1
Panamá	6,3
Paraguai	9,3
Peru	11
R. Dominicana	15,9
Suriname	20,9
Trinidad	15,1
Uruguai	18,6
Venezuela	13,6
América Latina	11,2

Fonte: Lapop, 2012.

Podemos então analisar o que podemos chamar de “efeito país” a partir desse modelo nulo através de um gráfico Caterpillar, que exibe um conjunto de barras com seus respectivos intervalos de confiança (95%). Pode-se facilmente perceber que a maioria dos vinte e quatro países incluídos em nossa análise tem seus efeitos abaixo ou acima do intervalo de confiança, o que indica variação considerável.

**Gráfico 1** – Efeito-país sobre a probabilidade de ativismo *online*, América Latina e Caribe, 2012.



Fonte: Lapop, 2012.

Confirmada a existência desse efeito localizado no nível dos países, procuramos inicialmente identificar possíveis fatores de nível individual ligados à dimensão dos recursos cognitivos e atitudinais apontados pela literatura como condicionantes do ativismo político.

Na equação abaixo podemos observar que a probabilidade de compartilhamento de conteúdo político é estimada dessa vez como função do sexo dos entrevistados, de sua idade, da sua escolaridade e do seu nível de interesse por política e eficácia política subjetiva.

A Tabela 3 apresenta os efeitos estimados e aponta que todos os preditores se mostraram relevantes. De forma consistente com a literatura norte-americana e europeia, a idade apresenta um efeito redutor sobre a probabilidade de compartilhamento, que apesar de inicialmente pequeno (-5%), se revela expressivo quando comparamos cidadãos de grupos etários distintos, já que se tratam de efeitos cumulativos. Cada ano de vida, portanto, reduz em 5% a probabilidade de ativismo político *online*. A escolaridade superior, por

sua vez, apresenta efeito positivo bastante expressivo, com um incremento de 285% na probabilidade de compartilhamento. Efeitos igualmente positivos são produzidos pelo interesse e eficácia política, respectivamente com impactos de 59% e 216%.

**Tabela 3** – Condicionantes individuais do Ativismo Político *Online*, América Latina e Caribe, 2012.

	<b>B (erro)</b>	<b>Exp (B)</b>
Intercepto	-1,80*** (0,117)	0,16
Idade	-0,05*** (0,001)	0,95
Escolaridade	1,35*** (0,049)	3,85
Interesse	0,46*** (0,019)	1,59
Eficácia	0,15*** (0,011)	3,16
AIC	21494,5	
Variância	0,2275	

Signif: 0 ‘\*\*\*\*’ 0.001 ‘\*\*\*’ 0.01 ‘\*\*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘.’ 1  
Fonte: Lapop, 2012.

Destacando o que mais diretamente nos interessa neste trabalho, o efeito da escolaridade confirma claramente a existência da mesma desigualdade verificada no ativismo político presencial (Ribeiro e Borba, 2015) no terreno da internet. O envolvimento político *online*, mensurado aqui através do compartilhamento de conteúdo político em redes sociais, é fortemente condicionado por esse atributo individual que, como já argumentamos, é ao mesmo tempo um indicador de habilidades cognitivas e da posição do indivíduo na estrutura socioeconômica.

Como nossos interesses de pesquisa envolvem a interação entre esse atributo individual e a dimensão infraestrutural do acesso à internet, é preciso identificar se os efeitos da escolaridade são efetivamente diferentes entre as unidades nacionais da região analisada. Para isso estimamos um modelo com efeitos aleatórios para todas as variáveis independentes. Os resultados aparecem na Tabela 4 e indicam primeiramente que os efeitos se alteram muito

pouco e apenas no caso da escolaridade, que passa dos 1,35 (coeficiente B) para 1,39. O efeito já expressivo no modelo com efeitos fixos (285%), se torna ainda maior, elevando em 301% a chance de compartilhamento de conteúdo político nas redes sociais. Na quarta coluna da tabela podemos observar que as únicas variações relevantes ocorrem no intercepto e na escolaridade, indicando primeiramente que o ativismo político *online* tem frequências distintas entre as unidades nacionais e também que o efeito da escolaridade sobre esse comportamento tem magnitudes distintas entre os países. Por fim, na quinta coluna podemos observar que o único valor considerável de covariância entre o intercepto e as inclinações ocorre na linha referente à escolaridade. O valor negativo de -0,113 indica que em países com maior ocorrência de compartilhamento de conteúdo político o efeito da escolaridade tende a ser menor, algo que iremos explorar nos modelos que apresentamos na sequência.

**Tabela 4** – Condicionantes individuais do Ativismo Político *Online* com efeitos aleatórios, América Latina e Caribe, 2012.

	<b>B (erro)</b>	<b>Exp (B)</b>	<b>Variância</b>	<b>Covariância Intercepto-Inclinações</b>
Intercepto	-1,79*** (0,136)	0,17	0,322	–
Idade	-0,05*** (0,003)	0,95	0,000	-0,002
Escolaridade	1,39*** (0,089)	4,01	0,118	-0,113
Interesse	0,46*** (0,032)	1,59	0,015	0,001
Eficácia	0,15*** (0,013)	3,16	0,001	-0,001
AIC	21420			

Signif: 0 '\*\*\*' 0.001 '\*\*' 0.01 '\*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1  
Fonte: Lapop, 2012.

Confirmada a existência de variação significativa nos efeitos da escolaridade sobre o ativismo *online* entre os vinte e quatro países incluídos em nossa análise, justifica-se a estimativa de um modelo multinível para sondar se a dimensão infraestrutural do acesso à rede pode ser uma das fontes dessa variação. Obviamente, com isso também é possível avaliar os efeitos diretos desse indicador nacional sobre o comportamento alvo de nossa pesquisa.

Na equação abaixo foi, portanto, incluída como preditor uma medida que representa o percentual de indivíduos residentes no país com acesso à internet.

$$\log\left(\frac{\pi_{ij}}{1-\pi_{ij}}\right) = \beta_0 + \beta_1 \text{Sexo}_{ij} + \beta_2 \text{Idade}_{ij} + \beta_3 \text{Escolaridade}_{ij} + \beta_4 \text{Interesse}_{ij} + \beta_5 \text{Eficácia}_{ij} + \mu_{oj}$$

Os resultados desse modelo são expostos na segunda e terceira coluna da Tabela 5, identificadas na primeira linha como “Sem interação”. As estimativas são muito próximas do modelo inicial contendo apenas preditores individuais com efeitos fixos, indicando que mesmo com esse controle de nível nacional os impactos das medidas individuais continuam consistentes. O acesso à internet, principal preditor nessa fase da análise não se mostrou estatisticamente significativo, com coeficiente negativo de apenas -0,009. Esse resultado indica que as diferenças contextuais de acesso não afetam a probabilidade de ativismo político *online* na região.

**Tabela 5** – Condicionantes individuais e nacionais do Ativismo Político *Online*, América Latina e Caribe, 2012.

	Sem Interação		Com Interação	
	B (erro)	Exp (B)	B (erro)	Exp (B)
Intercepto	-1,46*** (0,279)	0,23	-1,48*** (0,280)	0,23
Idade	-0,05*** (0,001)	0,95	-0,05*** (0,001)	0,95
Escolaridade (Superior)	1,35*** (0,049)	3,84	1,47*** (0,126)	4,35
Interesse	0,46*** (0,019)	1,59	0,46*** (0,019)	1,59
Eficácia	0,15*** (0,011)	1,16	0,15*** (0,011)	1,16
Acesso à Internet	-0,009 (0,007)	0,99	-0,009 (0,007)	0,99
Escolaridade* Acesso à Internet			-0,004	0,99
AIC	21494,8		21495,6	
Variância	0,211		0,211	

Signif: 0 ‘\*\*\*’ 0,001 ‘\*\*’ 0,01 ‘\*’ 0,05 ‘.’ 0,1 ‘.’ 1  
Fonte: Lapop, 2012.

Ainda que esse fator infraestrutural não tenha se mostrado relevante, passamos para a última etapa da análise, que especificamente testa se as diferenças de acesso entre os países podem afetar os efeitos da escolaridade sobre o engajamento político *online*. Para isso construímos um modelo que operacionaliza uma interação *cross-level* entre a escolaridade individual e o percentual de acesso registrado no país de residência do entrevistado. Os resultados desse modelo aparecem na quarta e quinta coluna, sob o título “Com interação” na primeira linha. Podemos perceber que as únicas alterações nas estimativas ocorrem nas variáveis envolvidas na interação, além do intercepto, é claro. O efeito dessa interação também não atinge os níveis mínimos de significância estatística, indicando que a combinação dessas duas medidas não é relevante na explicação do comportamento ativo. Os efeitos da desigualdade educacional sobre a ativismo *online* parecem, portanto, não se relacionar com o maior ou menor acesso dos cidadãos de cada país à rede mundial de computadores.

O modelo nos mostrou que a dimensão infraestrutural de acesso à rede mundial de computadores não se configura como relevante na explicação do ativismo *online*, nem mesmo na interação com a escolaridade que deste modo se mantém como o principal condicionante do comportamento ativo. Tal achado faz eco com a perspectiva pessimista, pois mostra que o acesso à tecnologia por si só não é capaz de reduzir os efeitos da desigualdade socioeconômica. Deste modo, os resultados corroboram a tese das continuidades entre os ambientes *online* e *off-line* (Livingstone, 2011; Dahlgreen, 2005) através da persistência do efeito da escolaridade, indicando para a reprodução das desigualdades. Da mesma forma, os efeitos de interesse por política reiteram a importância do elemento de mobilização cognitiva para o exercício da participação política, conforme já identificado em estudos sobre modalidades *off-line* (Dalton, 2013)

Por outro lado, chama atenção o efeito negativo de eficácia política subjetiva. O resultado pode ser um indicativo de que o ambiente *online* é entendido pelos cidadãos latinos como um espaço mais poroso à participação política, como já foi evidenciado no contexto europeu (Vesnic-Alujevic, 2012). Isto ocorreria principalmente pela *web* possuir estrutura mais aberta e porque a modalidade de participação que analisamos exige menores custos e também menores recursos de tempo, uma vez que compartilhamento de conteúdo político *online* pode ser feito em apenas alguns cliques.

Além disso, a ausência de efeitos por parte da medida de acesso pode ser um indicativo de que o “digital divide” (Norris, 2001) não se expressa apenas entre conectados ou não, mas também em termos dos usos da rede pelos indivíduos (Cardoso, Liang e Lapa, 2013; Mossberger, 2008). Ao menos

da região analisada nesse trabalho, o maior acesso não tem se convertido em maior uso político da conexão, assim se a ampliação do acesso não produz mais participação, isto pode ser um indicativo da importância de considerarmos a necessidade de uma cidadania digital.

## **Considerações finais**

Neste artigo apresentamos uma análise sobre os condicionantes do ativismo *online* na América Latina, debatendo se os efeitos da escolaridade sob o engajamento *online* permanecem na presença de variáveis de infraestrutura, neste caso de acesso à internet. Assim, iniciamos a análise no nível individual, e os resultados mostraram um efeito expressivo da escolaridade, confirmando a existência de configuração semelhante à encontrada na participação *off-line* (Ribeiro e Borba, 2015) e corroborando para o contexto latino-americano o que a literatura recente tem apontado para outras regiões do globo (Brundidge e Rice, 2008; Hafner-Fink e Oblak Črnič, 2014; Oser, Hooghe e Marien, 2013; Reedy e Wells, 2008; Vesnic-Alujevic, 2012). Também chama atenção o efeito negativo da eficácia subjetiva sobre o ativismo *online*, como já encontrado em estudos anteriores sobre o caso brasileiro (Ribeiro, Borba e Hansen, 2016).

No que consideramos ser a principal contribuição desse trabalho para a literatura recente sobre ativismo *online*, com modelos estatísticos de efeitos aleatórios confirmamos o impacto da escolaridade, porém com variações relevantes entre os países, o que apontou para a necessidade de um modelo multinível, a fim de testar a hipótese de que a infraestrutura influencia esta variação. Os resultados, todavia, indicaram que esse efeito diferencial não se deve à variável infraestrutural que mobilizamos: o nível de acesso à internet. Ao introduzirmos no modelo a interação *crosslevel*, identificamos que essa variável composta não exerce qualquer efeito sobre a probabilidade de envolvimento político. De tal modo que podemos falar sobre a persistência de uma desigualdade socioeconômica considerável no ativismo político *online*, independentemente do nível de acesso dos indivíduos à tecnologia.

Os resultados de nosso estudo tocam numa questão central do debate contemporâneo sobre participação política e democracia, que é a distribuição desigual dos recursos políticos entre os membros da sociedade, e como tais desigualdades de recursos se materializam em oportunidades também desiguais de acesso dos cidadãos ao poder (seja apresentando demandas aos governantes, seja ocupando cargos públicos) (Verba, Schlozman e Brady, 1995). No nosso estudo, a desigualdade de recursos foi mensurada especialmente pela variável escolaridade, indicando que a posse deste recurso cognitivo afeta em muito as chances de envolvimento dos latino-americanos em atividades *online*. Tal



constatação não constitui nenhuma novidade nos estudos sobre participação na América Latina (Ribeiro e Borba, 2015). Acreditamos que a grande inovação aqui apresentada foi mostrar como tais desigualdades persistem mesmo quando a infraestrutura de acesso do país a rede mundial de computadores (cobertura de acesso) é ampliada. Ou seja, a difusão da tecnologia não parece estar contribuindo para a redução dos efeitos da escolaridade sobre o engajamento *online*, o que se constitui num achado muito relevante e com implicações em termos de uma agenda de pesquisa destinada a avaliar os efeitos de outros aspectos contextuais sobre a participação política (em diferentes modalidades), bem como em possibilidades do desenho de políticas públicas específicas no sentido de diminuir as desigualdades de acesso dos cidadãos ao poder.

## Referências

- ALMOND, Gabriel.; VERBA, Sidney. *The civic culture*. 5. ed. Newbury-Park: Sage, 1989.
- Best, Samuel J.; Krueger, Brian S. Analyzing the representativeness of internet political participation. *Political Behavior*, v. 27, n. 2, p. 183-216, 2005 <[10.1007/s11109-005-3242-y](https://doi.org/10.1007/s11109-005-3242-y)>.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, v. 15 n. 5, p. 739-768, 2012 <[10.1080/1369118X.2012.670661](https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661)>.
- BENTIVEGNA, Sara. Rethinking politics in the world of ICTs. *European Journal of Communication*, v. 21, n. 3, p. 331-343, 2006 <[10.1177/0267323106066638](https://doi.org/10.1177/0267323106066638)>.
- BOULIANNE, Shelley. Does internet use affect engagement? A meta-analysis of research. *Political Communication*, v. 26, n. 2, p. 193-211, 2009 <[10.1080/10584600902854363](https://doi.org/10.1080/10584600902854363)>.
- BRUNDIDGE, Jennifer; RICE, Ronald. Political engagement *online*: do the information rich get richer and like-minded more similar. In: Andrew Chadwick; Philip Howard (orgs.). *The Routledge handbook of internet politics*. London: Routledge, 2008. p. 144-156.
- CHADWICK, Andrew. Web 2.0: New challenges for the study of e-democracy in an era of informational exuberance. *I/S: a Journal of Law and Policy for the Information Society*. v. 5, n. 1, p. 9-41, 2009 <[https://kb.osu.edu/dspace/bitstream/handle/1811/72922/ISJLP\\_V5N1\\_009.pdf?sequence=1](https://kb.osu.edu/dspace/bitstream/handle/1811/72922/ISJLP_V5N1_009.pdf?sequence=1)> (21 dez. 2018).
- CARDOSO, Gustavo.; LIANG Guo; LAPA, Tiago. Cross-national comparative perspectives from the World Internet Project. In: William H. Dutton (org.). *The Oxford handbook of internet studies*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 216-237.
- DALTON, Russell. *The apartisan American*. Washington, Sage, 2013.
- DAHLGREEN, Peter. Internet, public spheres and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*. v. 22, n. 2, p. 147-162, 2005 <[10.1080/10584600590933160](https://doi.org/10.1080/10584600590933160)>.

- GIBSON, Rachel; CANTIJOCH, Marta. Conceptualizing and measuring participation in the age of the internet: is online political engagement really different to offline? *The Journal of Politics*, v. 75, n. 3, p. 701-716, 2013 <[10.1017/S0022381613000431](https://doi.org/10.1017/S0022381613000431)>.
- HAFNER-FINK, Mitja.; OBLAK ČRNIČ, Tanja. Digital citizenship as multiple political participation? Predictors of digital political participation in Slovenia. *Teorija in Praksa*. v. 51, n. 6, p. 1284-1303, 2014 <[http://dk.fdv.uni-lj.si/db/pdfs/TiP2014\\_6\\_Hafner-FinkOblak-Crnic.pdf](http://dk.fdv.uni-lj.si/db/pdfs/TiP2014_6_Hafner-FinkOblak-Crnic.pdf)> (ago. 2015).
- ITU. *Mensuring the information society report 2014*. Geneva: International Telecommunication Union, 2014 <[www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014\\_without\\_Annex\\_4.pdf](http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014_without_Annex_4.pdf)> (21 dez. 2018).
- LAPPOP. *Latin American Public Opinion Project* <[www.vanderbilt.edu/lapop/](http://www.vanderbilt.edu/lapop/)> (21 dez. 2018).
- LIVINGSTONE, Sonia. Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades online. *Matrizes*, v. 4, n. 2, p. 11-42, 2011 <[www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38290/41112](http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38290/41112)> (set. 2016).
- MARGETTS, Helen. The internet and democracy. In: William H. Dutton (org.). *The Oxford handbook of internet studies*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 421-440.
- MARTINO, Luís. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 66, p. 130-159, 2017 <[10.11606/issn.2316-901X.v0i66p130-159](https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i66p130-159)>.
- MILAN, Stefania. From social movements to cloud protesting: the evolution of collective identity. *Information, Communication & Society*, v. 18, n. 8, p. 887-900, 2015 <[10.1080/1369118X.2015.1043135](https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1043135)>.
- MOSSBERGER, Karen. Toward digital citizenship: addressing inequality in the information age. In: Andrew Chadwick; Philip Howard (orgs.). *The Routledge handbook of internet politics*. London: Routledge, 2008. p. 173-185.
- NORRIS, Pippa. *Digital divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press. 2001 <[www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Books/Digital%20Divide.htm](http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Books/Digital%20Divide.htm)> (out. 2014).
- NORRIS, Pippa; CURTICE, John. If you build a political web site, will they come? The internet and political activism in Britain. *International Journal of Electronic Government Research*, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006 <[10.4018/jegr.2006040101](https://doi.org/10.4018/jegr.2006040101)>.
- OLIVEIRA, Renata Andrade; AYRES, Carla Simara; HANSEN, Jaqueline Resmini; BORBA, Julia. Política e juventude: participação política dos jovens no sul do Brasil. *Revista Debates*. v. 10, n. 3, p. 189-222, 2016 <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/70026/39706>> (jan. 2017).
- OSER, Jennifer; HOOGHE, Marc; MARIEN, Sofie. Is online participation distinct from offline participation? A latent class analysis of participation types and their stratification. *Political Research Quarterly* v. 66, n. 1, p. 91-101, 2013 <[10.1177/1065912912436695](https://doi.org/10.1177/1065912912436695)>.

- PAPACHARISSI, Zizi. The virtual sphere 2.0: the internet, the public sphere, and beyond. In: Andrew Chadwick; Philip N. Howard (orgs.). *The Routledge handbook of internet politics*. London: Routledge, 2008. p. 230-246.
- REEDY, Justin; WELLS, Chris. Information, the internet and direct democracy. In: Andrew Chadwick; Philip N. Howard (orgs.). *The Routledge handbook of internet politics*. London: Routledge, 2008. p. 144-156.
- RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. *Participação política na América Latina*. Maringá: Eduem, 2015.
- RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline Resmini. Participação online e off-line no Brasil: relações e condicionantes. *Revista do Serviço Público*, v. 67, n. 4, p. 497-523, 2016 <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1262/781>> (jan. 2017).
- RUSSO, Silvia; AMNA, Erik. The personality divide: do personality traits differentially predict online political engagement? *Social Science Computer Review*, v. 34, n. 3, p. 259-277, 2015 <[10.1177/0894439315582487](https://doi.org/10.1177/0894439315582487)>.
- THEOCHARIS, Yannis. The conceptualization of digitally networked participation. *Social Media + Society*, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2015 <[10.1177/2056305115610140](https://doi.org/10.1177/2056305115610140)>.
- THEOCHARIS, Yannis; QUINTELIER, Ellen. Stimulating citizenship or expanding entertainment? The effect of Facebook on adolescent participation. *New media & Society*, v. 18, n. 5, p. 817-836, 2014 <[10.1177/1461444814549006](https://doi.org/10.1177/1461444814549006)>.
- TUFEKCI, Zeynep. The medium and the movement: digital tools, social movement politics, and the end of the free rider problem. *Police and Internet*, v. 6, n. 2, p. 202-208, 2014 <[10.1002/1944-2866.POI362](https://doi.org/10.1002/1944-2866.POI362)>.
- VALENZUELA, Sebastián; ARRIAGADA, Arturo; SCHERMAN, Andrés. The social media basis of youth protest behavior: the case of Chile. *Journal of Communication*, v. 62, n. 2, p. 299-314, 2012 <[10.1111/j.1460-2466.2012.01635.x](https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2012.01635.x)>.
- VALENZUELA, Sebastián; ARRIAGADA, Arturo; SCHERMAN, Andrés. Facebook, Twitter, and youth engagement: a quasi-experimental study of social media use and protest behavior using propensity score matching. *International Journal of Communication*, v. 8, p. 2046-2070, 2014 <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2022/1189>> (mar. 2016).
- VESNIC-ALUJEVIC, Lucia. Political participation and web 2.0 in Europe: a case study of Facebook. *Public Relations Review*, v. 38, n. 2, p. 466-470, 2012 <[10.1016/j.pubrev.2012.01.010](https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2012.01.010)>.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.
- Xenos, Michel; MOY, Patricia. Direct and differential effects of the internet on political and civic engagement. *Journal of Communication*, v. 57, n. 4, p. 704-718, 2007 <[10.1111/j.1460-2466.2007.00364.x](https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2007.00364.x)>.
- WOOLDRIDGE, Jeffrey. *Introductory econometrics: a modern approach*. Michigan: Cengage, 2016.

WORLD BANK. *World development indicators 2017*. Washington: World Bank, 2017.

Recebido: 11 abr. 2018

Aceito: 23 nov. 2018

Publicado: 01 mar. 2019

Autor correspondente:

Ednaldo Aparecido Ribeiro

Universidade Estadual de Maringá

Departamento de Ciências Sociais

Av. Colombo, 570

87020-900 Maringá, PR, Brasil

EDNALDO APARECIDO RIBEIRO <[ednaldorip@gmail.com](mailto:ednaldorip@gmail.com)>

Doutor em Sociologia pela UFPR, professor de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM, Maringá, PR, Brasil).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4005-5108>

JULIAN BORBA <[borbajulian@yahoo.com.br](mailto:borbajulian@yahoo.com.br)>

Doutor em Ciência Política pela Ufrgs, professor de Ciência Política do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc, Florianópolis, SC, Brasil).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0149-6533>

JAQUELINE RESMINI HANSEN <[jaqueline.hansen@live.com](mailto:jaqueline.hansen@live.com)>

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3227-5055>